

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO

SOVERNO MUNICIPAL 2009-200

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 52854775/0001-28

ALEGRE DO ALTO
No Rumo Certo!



Veto Total ao Projeto de Lei no 10 Mensagem nº, 01/2010 refeito Municipal Vista Alexandra de junho de 2010.

PROTOCOLO

N.º 235
CÂMARA MUNICIPAL
VISTA ADEGRE DO ALTO

FUNÇIONARIO

PRESIDENTE

Senhor Presidente.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins que, nos termos do artigo 39, da Lei Orgânica do Município, resolvo vetar, totalmente, o Projeto de Lei n°. 37/2010, aprovado por essa colenda Câmara Municipal, em sessão ordinária do dia 25/05/2010, conforme respectivo Autógrafo n°. 55/2010, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

De iniciativa parlamentar, a propositura visa regulamentar o comércio ambulante neste Município criando distinção entre o que pode ser comercializado entre os vendedores estabelecidos e os não estabelecidos nesta cidade, aduzindo de forma sucinta em seu cerne que os comerciantes não estabelecidos somente poderiam comercializar produtos não existentes nesta localidade, sendo aplicado à penalidade de confisco das mercadorias aqueles de não cumprissem a norma em tela.

FONE: (16) 3277-8300



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ALEGRE DO ALTO GOVERNO MUNICIPAL 2009-2012 ESTADO DE SÃO PAULO CND 1 5205 4775 10004

CNPJ 52854775/0001-28



Todavia, em que pese o interesse protetivo e de fomento d'atividade comercial local, não deve ser feito ao arrepio da lei tais medidas, polo o mecanismo eleito fere mortalmente a Carta Magna nos artigos 1°, inciso IV, artigo 5°, incisos XV, XXXII, LV, LVII; artigo 170, inciso IV, V, VIII e parágrafo a aco.



O Artigo de Arti

Além disso, com o fechamento da economia municipal da forma que foi proposta fere o <u>Princípio da Livre Concorrência</u> pela distinção estabelecida no projeto de lei em questão, ferindo assim o artigo 170, inciso IV, da Carta Magna, o qual narra: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando os seguintes princípios: inciso IV – livre concorrência."

Cabe dizer ainda, que a penalidade de confisco da forma que foi proposta fere o Principio da Contraditório e da Ampla Defesa, ao não estabelecer o procedimento administrativo para apurar a suposta irregularidade, não resguardando ainda o Principio de Inocência, ferindo o artigo 5°, incisos LV e LVII, aduzindo "caput – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: inciso LV – aos

FONE: (16) 3277-8300

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA ÁLEGRE DO ALTO GOVERNO MUNICIPAL 2009-2012 ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 52854775/0001-28



litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; inciso LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória."



Expostas, as razões que zam a vetar, totalmente, o Projeto de Lei nº.

37/2010, restituo portuno reexame dessa ilustre Casa Legislativa e reitero, a protestos de minha mais alta consideração.

Antonia Apparecido Fiorani Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor Vereador, Arlindo Benedito Balsanelli, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vista Alegre do Alto, Estado de São Paulo.

FONE: (16) 3277-8300